


PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CRIMINAL n. 0000253-25.2020.8.05.0049.1.EDCrim Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma EMBARGANTE: ANTONAEL MAGALHÃES DE SOUZA e outros (5) Advogado (s): JAIRO RIOS FREITAS, JOEL NUNES VICTORIA JUNIOR, OTTO VINICIUS OLIVEIRA LOPES, PABLO CIRO DE SANTANA BANDEIRA NUNES, JAIRO RIOS FREITAS, JAIRO RIOS FREITAS EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): ACORDÃO EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO COM EFEITO DE PREQUESTIONAMENTO. ALEGAÇÃO DOS VÍCIOS DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO. INOCORRÊNCIA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. OBJETIVO DE PROMOVER A REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA DE FUNDO JÁ ENFRENTADA PELO COLEGIADO. 1- Embargos de Declaração que afirma a existência de omissão e contradição no Acórdão que negou provimento ao Apelo interposto pelo ora Embargante. 2- Ausência manifesta de omissão ou contradição. O que pretende o Embargante é promover a rediscussão da matéria pela via dos embargos de declaração, o que se revela inviável. Toda a matéria suscitada no presente recurso foi devidamente apreciada na decisão colegiada, tratando-se de uma tentativa de rediscutir o mérito da decisão que lhe foi desfavorável. 3. Ademais, alega a necessidade de prequestionar da questão federal ou constitucional, para fins de interposição de Recurso Especial/Extraordinário. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS Vistos, relatados e discutidos os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos nos autos da Apelação Criminal nº 0000253-25.2020.8.05.0049, da Vara Criminal da Comarca de Capim Grosso/Ba, sendo Embargante MARCOS OLIVEIRA GOMES. ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Turma - Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Bahia, à unanimidade de votos, pelo CONHECIMENTO E REJEIÇÃO do presente recurso, mantendo-se a decisão hostilizada em todos os seus termos, conforme relatório e voto que se seguem. Salvador, 7 de agosto de 2023. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Rejeitado Por Unanimidade Salvador, 28 de Agosto de 2023. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CRIMINAL n. 0000253-25.2020.8.05.0049.1.EDCrim Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma EMBARGANTE: ANTONAEL MAGALHÃES DE SOUZA e outros (5) Advogado (s): JAIRO RIOS FREITAS, JOEL NUNES VICTORIA JUNIOR, OTTO VINICIUS OLIVEIRA LOPES, PABLO CIRO DE SANTANA BANDEIRA NUNES, JAIRO RIOS FREITAS, JAIRO RIOS FREITAS EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA Advogado (s): RELATÓRIO Trata-se de Embargos Declaratórios oposto por Marcos Oliveira Gomes, contra a decisão proferida por esta 1ª Turma da Primeira Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça, na Apelação Criminal de nº 0000253-25.2020.8.05.0049, que negou provimento ao Recurso de Apelação interposto pelo ora Embargante. O Acórdão embargado não acolheu as teses suscitadas pelo Recorrente, reconhecendo que a autoria e a materialidade dos delitos pelos quais foi acusado encontravam-se devidamente comprovadas, concluindo-se pela existência de lastro probatório suficiente a consubstanciar o édito condenatório, mantendo imutável a vergastada sentença de piso, que o condenou pelas práticas dos delitos previstos nos artigos 33, caput, da Lei 11.343/2006; 35, caput, ambos da Lei 11.343/2006; e artigo 2º, § 2º, da Lei 12.850/2013, à pena definitiva de 12 anos e 1 mês de reclusão e 1.212 dias-multa. Inconformado, o Embargante opõe os presentes Embargos Aclaratórios, por entender que houve omissão e contradição no julgado, sustentando que o acórdão deixou de enfrentar pontos essenciais do processo. Os autos



INVIABILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, a teor do art. 619 do Código de Processo Penal  CPP, e erro material, conforme art. 1022, III, do Código de Processo Civil – CPC. 2. Sem a demonstração das hipóteses de cabimento, a rejeição dos embargos de declaração é medida que se impõe, notadamente quando o embargante pretende a rediscussão da questão controvertida para modificar o provimento anterior. 3. “Não cabe a esta Corte Superior manifestar-se, ainda que para fins de prequestionamento, sobre suposta afronta a dispositivos da Constituição Federal, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal. Precedentes” (EDcl no AgRg nos EDcl nos EDv nos EREsp 1746600/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 12/2/2020, DJe 21/2/2020). 4. Embargos declaratórios rejeitados. (STJ – EDcl na Rcl: 38104 PA 2019/0162102-8, Relator: Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Data de Julgamento: 24/11/2021, S3 – TERCEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 26/11/2021) Neste mesmo sentido, é o entendimento do nosso Tribunal. A seguir: EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO. ACORDÃO. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ APRECIADA E DECIDIDA. PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. Suscitação de argumentação devidamente apreciada não motiva nem legitima a propositura dos embargos declaratórios. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS (TJ-BA – ED: 05562730220158050001, Relator: MOACYR MONTENEGRO SOUTO, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 09/03/2020). Observa-se, pela narrativa conferida aos embargos declaratórios que o Embargante está, na verdade, a discordar da interpretação que se fez incidir na hipótese, pretendendo lhe seja conferida solução diversa, objetivo que não se adapta aos limites dos embargos, na medida em que esses não se prestam ao reexame da questão. Ante o exposto, inexistente na decisão embargada qualquer omissão ou contradição a ser sanada. Portanto, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, mantendo, na íntegra, o Acórdão prolatado por este Egrégio Tribunal de Justiça. Salvador/BA, 7 de agosto de 2023. Des. Aliomar Silva Britto – 1ª Câmara Crime 1ª Turma Relator